



Protesto contra reformas teve enterro simbólico em Santos



RODRIGO MONTALDI/DIÁRIO DO LITORAL

» Manifestantes das centrais sindicais e sindicatos da Baixada Santista fincaram cruzes na faixa de areia e usaram caixões e velas pretas durante o protesto

Seguindo o calendário de luta aprovado pelas centrais sindicais, o movimento sindical da Baixada Santista promoveu ontem à noite um enterro simbólico dos trabalhadores brasileiros e da carteira de trabalho assinada, pois, segundo eles, é isso que vai ocorrer caso as reformas tra-

balhista e a previdenciária sejam aprovadas no Congresso Nacional.

Sindicalistas se concentraram na Praça das Bandeiras, no Gonzaga, em Santos. No enterro foram utilizadas velas pretas, caixão e muitas cruzes.

De acordo com os sindicalistas, esta atividade

de rua tem como objetivo despertar a atenção da população para continuar e aprofundar o debate sobre os efeitos negativos para a toda sociedade e para o desenvolvimento econômico e social brasileiro, destas desumanas reformas pretendidas pelo Governo Federal.

Fracasso da reforma da Previdência não seria um 'desastre', diz Temer

Não será um "desastre" para o país se a reforma da Previdência não for aprovada pelo Congresso, disse o presidente Michel Temer nesta quinta (11). Ele acenou, contudo, com a possibilidade de aumento de impostos para ajustar as contas do país caso o projeto fracasse. "Não é bom para o Brasil (se reforma da Previdência não passar). Agora, não é um desastre definitivo, porque nós teremos outros meios", afirmou Temer durante entrevista à TV Bandeirantes. A fala diverge do discurso do governo em torno do projeto, que coloca as mudanças nas regras para aposentadoria como ponto central do ajuste fiscal. Apesar da relativização do impacto do fracasso do projeto, Temer voltou a afirmar que sem a reforma, programas sociais como o Bolsa Família e o Minha Casa Minha Vida seriam afetados. Outro efeito negativo de uma eventual reprovação do texto seria o aumento da carga tributária, disse o presidente. "Se [a reforma] não passar, você vai me perguntar: 'Será preciso criar imposto?' Eu não sei, mas de repente se faz necessário, mas o Brasil não vai parar por causa disso", afirmou ao apresentador José Luiz Datena.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 12/05/2017

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/05/2017

Alíquota de contribuição do produtor rural sairá via MP, diz deputado

Bancada ruralista negocia condições para pagar Funrural em troca de votos para reforma

O governo enviará ao Congresso, até a próxima segunda (15), uma medida provisória para definir as condições de pagamento da contribuição previdenciária do Funrural (Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural). No final de março, uma decisão do STF (Supremo Tribunal Federal) tornou constitucional a cobrança dessa contribuição, e a estimativa é que há um passivo entre R\$ 8 bilhões e R\$ 10 bilhões não pagos pelo setor. Com a decisão do STF, a FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) pede parcelamento desse montante e a redução da alíquota do Funrural (hoje em 2,3%) para quem recolheu o tributo, tema que foi discutido nesta quinta (11) em reunião com o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o secretário da Receita, Jorge Rachid. Líder da bancada ruralista, o deputado federal Nilson Leitão (PSDB-MT) afirmou que nada foi definido ainda, mas a expectativa é que uma decisão seja tomada na segunda-feira, em reunião com o presidente Michel Temer. De acordo com Leitão, se o governo atender às demandas do setor, definindo uma alíquota mais baixa, os parlamentares da FPA (Frente Parlamentar da Agropecuária) se sentirão mais inclinados a votar a favor da reforma da Previdência. Hoje, são mais de 200 parlamentares que fazem parte da FPA, e seus votos são considerados importantes pelo governo para que a reforma seja aprovada.

Fonte: Jornal Folha de S. Paulo – 12/05/2017

Sobe placar de deputados indecisos com Previdência

Após a conclusão da votação do texto da reforma da Previdência na comissão especial da Câmara, mais do que dobrou o número de deputados que optaram por não divulgar posicionamento sobre o texto. Segundo o Placar da Previdência, ferramenta elaborada pelo Grupo Estado, 202 parlamentares preferiram não abrir o voto. Desses, 57 afirmaram ainda estarem indecisos sobre a atual proposta. No último levantamento, realizado antes da divulgação do parecer do relator Arthur de Oliveira Maia (PPS - BA), 99 políticos não se posicionaram.

Fonte: Jornal A Tribuna – 12/05/2017

Caixa abre mais cedo hoje para pagar contas inativas do FGTS

O presidente Michel Temer se reuniu ontem com senadores do PMDB para negociar a aprovação da reforma trabalhista sem alterações. Caso o projeto sofra alguma mudança, o texto precisa voltar para a análise dos deputados. O relator da reforma trabalhista na Comissão de Assuntos Econômicos, Ricardo Ferraço (PSDB-ES), se reuniu com sindicalistas e afirmou que poderá mudar o projeto. Já a presidente da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) no Senado, Marta Suplicy (PMDB-SP), disse que o Senado não será uma "Casa Carimbadora". O presidente do Senado, Eunício Oliveira (PMDB-CE), anunciou duas sessões temáticas no plenário para discutir o projeto. Elas foram marcadas para hoje e terça-feira com seis convidados em cada uma. Oliveira disse que assim que a matéria estiver pronta para ser votada em Plenário ele a incluirá na pauta. Ele não quis estabelecer um prazo para isso.

Fonte: Jornal Diário do Litoral – 12/05/2017

Inspeção do Trabalho - encontrados 92.412 trabalhadores sem Registro Formal em 2016

Em 2016 foram encontrados 92.412 empregados sem registro formal nas mais de 11 mil ações fiscais realizadas pelos auditores fiscais do Trabalho em estabelecimentos comerciais no país. O maior número de empregados sem registro foi detectado nos estados do Rio de Janeiro (19.904), São Paulo (10.382) e Goiás (8.455). Os dados são do Ministério do Trabalho que, desde 2014, vem implementando em todo território nacional o Plano Nacional de Combate à Informalidade dos Trabalhadores Empregados, cuja finalidade é a prevenção e conscientização de empregadores e trabalhadores sobre os benefícios do registro formal (carteira assinada) e também sobre os riscos de manter seus empregados na condição de informalidade.

Desde a implementação do plano, a Secretaria de Inspeção do Trabalho (SIT) do Ministério do Trabalho tem utilizado nas suas auditorias uma nova ferramenta de fiscalização, a Notificação para Comprovação do Registro do Empregado (NCRE), por meio do Sistema Auditor, criada especificamente para combater de forma mais eficaz a informalidade. O procedimento foi estabelecido pela Instrução Normativa nº 107, de 22/5/2014 e consiste em notificar o empregador, por meio da NCRE, a registrar empregados encontrados em situação irregular. A nova ferramenta também garante mais credibilidade aos dados apurados nas fiscalizações, uma vez que os empregados são relacionados nominalmente nos autos de infração e a informação é armazenada eletronicamente no Sistema Auditor. Antes da implantação da NCRE, a informação de empregados encontrados sem registro era inserida no banco de dados da SIT apenas em seu quantitativo, estando sujeito a erros de lançamento. Com a apuração nominal dos dados pessoais do trabalhador - como número de PIS e CPF - é possível ao auditor monitorar os fatos posteriores ao registro do empregado, conferindo maior credibilidade aos dados apurados. O ato de registro durante a ação fiscal é vinculado à comunicação oficial da admissão ao Ministério do Trabalho, por meio do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged).

Tecnologia - A nova ferramenta utiliza informatização para rastreamento dos focos de informalidade, seja para o planejamento ou para a inteligência fiscal, buscando, inclusive, os efeitos indiretos provocados pela presença da Auditoria Fiscal do Trabalho em pequenos municípios. "É uma ferramenta que favorece uma integração da política do Ministério do Trabalho com outras áreas de governo e da sociedade", assegura Maria Teresa Jensen. Um exemplo dessa integração, destaca a secretária, é o trabalho em conjunto com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), que torna possível mensurar os efeitos indiretos da fiscalização, de modo a realizar ações fiscais ou operativas com maior eficiência, obtendo-se resultados mais abrangentes, que vão além da simples apuração do número de empresas fiscalizadas ou de empregados encontrados em situação irregular.

Fonte: <http://trabalho.gov.br/component/content/article?id=4568>